

PROPOSIÇÕES DE INTERESSE NO CONGRESSO NACIONAL



Câmara dos Deputados

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PEC 133/2019 – Inclui estados e municípios na reforma da Previdência. (PEC Paralela da Previdência)

Situação: Proposta já aprovado pelo Senado. Aguarda parecer do relator, deputado Felipe Francischini (PSL-PR), na Comissão de Constituição e Justiça.

Próximo Passo: Análise em comissão especial.

PEC 438/2018 – Regulamenta a “regra de ouro” e cria gatilhos e outras medidas de redução de despesa pública.

Situação: Aprovada a admissibilidade na CCJ, aguarda instalação de comissão especial para analisar a matéria quanto ao mérito.

Próximo Passo: Após análise na comissão especial, vai à votação em dois turnos no Plenário, onde necessita de 3/5 dos votos para aprovação.

PEC 443/2009 – Vinculação em 90,25% a remuneração das PGEs com os subsídios dos Ministros do STF. ^[T T]_[SEP]

Situação: Aguarda votação em 2º turno no plenário ([redação para o 2º turno](#)).

Próximo Passo: Após votação em 2º turno, segue para exame do Senado federal.

PEC 82/2007 – Autonomia administrativa, orçamentária e técnica das PGEs. ^[T T T]_[SEP SEP]

Situação: Aguarda inclusão na pauta do plenário para votação em dois turnos. Conta com parecer aprovado na comissão especial, com voto pela aprovação da proposta na forma do [Substitutivo adotado](#).

Próximo Passo: Após votação no Plenário, segue para exame do Senado Federal.

PEC 80/2015 – Recriação da carreira dos Procuradores Autárquicos.

Situação: Aguarda inclusão na pauta do plenário para votação em dois turnos. Conta com parecer aprovado na comissão especial, com voto pela aprovação da proposta na forma do [Substitutivo adotado](#).

Próximo Passo: Após votação no plenário, segue para exame do Senado Federal.

PEC 122/2017 – Trata da transferência de encargos financeiros para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Veda criação de despesas sem a devida indicação da receita correspondente.

Situação: Proposta já aprovada no Senado. Aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, aguarda criação de comissão especial.

Próximo Passo: Promulgação, se for aprovada sem alterações.

PEC 214/2003 – Representação Judicial do TCU, Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Situação: Aguarda inclusão na pauta do plenário para votação em dois turnos. Conta com parecer aprovado na comissão especial, com voto pela aprovação da proposta na forma do [Substitutivo adotado](#).

Próximo Passo: Após votação no plenário, segue para exame do Senado Federal.

PEC 555/2006 – Fim da contribuição dos servidores inativos.

Situação: Aguarda inclusão na pauta do plenário para votação em dois turnos. Conta com parecer aprovado na comissão especial, com voto pela aprovação da proposta na forma do [Substitutivo adotado](#).

Próximo Passo: Após votação no Plenário, segue para exame do Senado Federal.

PEC 210/2007 – Adicional por tempo de serviço fora do teto constitucional.^[L]_[SEP]

Aguarda inclusão na pauta do plenário para votação em dois turnos. Conta com parecer aprovado na comissão especial, com voto pela aprovação da proposta na forma do [Substitutivo adotado](#).

Próximo Passo: Após votação no Plenário, segue para exame do Senado Federal.

PEC 73/2015 – Aposentadoria compulsória com proventos integrais.^[L]_[SEP]

Situação: Aguarda votação do parecer do deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), com [voto pela admissibilidade](#), na Comissão de Constituição e Justiça.

Próximo Passo: Após análise na CCJ, a proposta segue para análise de mérito em comissão especial, antes de ir a plenário.

PEC 139/2015 – Fim do abono de permanência no serviço público.

Situação: Aguarda votação do parecer do deputado Gilson Marques (NOVO-SC), com [voto pela admissibilidade da proposta](#), na Comissão de Constituição e Justiça.

Próximo Passo: Após análise de admissibilidade na CCJ, a proposta segue para análise de mérito em comissão especial, antes de ir a plenário.

PEC 45/2019 – Reforma Tributária.

Situação: Aguarda parecer do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), em comissão especial destinada a analisar a matéria. Antes, porém, a matéria será discutida em uma comissão mista (composta por deputados e senadores) para construir um texto de consenso entre Câmara e Senado.

Próximo Passo: Votação em dois turnos no Plenário.

PROJETOS DE LEI

PL 6381/2019 – Revoga dispositivo do CPC para extinguir a previsão de pagamento de honorários de sucumbência a advogados públicos.

Situação: Aguarda parecer do relator, deputado Fábio Trad (PSD-MS), na Comissão de Constituição e Justiça em apreciação conclusiva (dispensa deliberação no Plenário).

Próximo Passo: Vai ao Senado Federal, salvo se houver recurso para que a matéria seja submetida ao Plenário da Câmara ou aprovação de regime de urgência.

[PL 367/2020](#) – Altera o CPC para submeter o pagamento de honorários de sucumbência a advogados públicos ao teto constitucional.

Situação: Aguarda despacho da Presidência às instâncias competentes para análise. A tendência é que seja apensado (para análise em conjunto) ao PL 6381/2019.

Próximo Passo: A depender do despacho.

[PLP 149/2019](#) - Estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal dos Estados.

Situação: Aguarda criação de comissão especial para analisar a matéria. Entretanto, há a possibilidade de deliberação diretamente em Plenário, em regime de urgência. O relator será o deputado Pedro Paulo (DEM-RJ).

Próximo Passo: Plenário ou envio ao Senado.

[PLP 459/2017](#) – Securitização dos créditos da dívida ativa da União, estados e municípios.

Situação: Projeto já aprovado pelo Senado. Aguarda votação pelo Plenário da Câmara. O relator, deputado Alexandre Leite (DEM-SP), apresentou parecer em Plenário, com [voto pela aprovação, na forma do texto oriundo do Senado](#), sem alterações.

Próximo Passo: Sanção presidencial, caso seja aprovado sem alterações. Caso contrário, retorna ao Senado para deliberação final.

[PLP 181/2015](#) - Cessão de créditos da dívida ativa consolidada a instituições financeiras.

Situação: Aprovado Comissão de Finanças e Tributação, com [Substitutivo](#) de mérito. Aguarda votação do parecer da relatora, deputada Bia Kicis (PSL-DF), [favorável ao Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação, com subemenda substitutiva saneadora de inconstitucionalidade, injuridicidade e técnica legislativa](#), na Comissão de Constituição e Justiça.

Próximo Passo: Plenário.

[PLP 248/1998](#) – Demissão de servidor público estável por insuficiência de desempenho.

Situação: Projeto já aprovado pela Câmara e pelo Senado (com alterações). Aguarda inclusão na pauta do Plenário para análise das alterações do Senado.

Próximo Passo: Sanção presidencial.

[PL 10.887/2018](#) – Nova Lei de Improbidade Administrativa.

Situação: Aguarda parecer do deputado Carlos Zarattini (PT-SP) em comissão especial destinada a analisar a matéria.

Próximo Passo: Plenário.

PL 1646/2019 - Estabelece medidas para o combate ao devedor contumaz e de fortalecimento da cobrança da dívida ativa

PL 3123/2015 – Regulamenta a aplicação do teto remuneratório.

PL 6726/2016 - Regulamenta o limite remuneratório dos servidores públicos.

PL 3337/2015 – Cessão da dívida ativa a instituições financeiras.

PL 2412/2007 – Execução Administrativa da Dívida Ativa da União, Estados e Municípios.

PL 4354/2008 – Alteração no procedimento na execução contra a Fazenda Pública e na execução coercitiva de alimentos.

PL 5531/2016 – Exercício da advocacia privada para membros da AGU.

PL 4953/2013 – Vedação ao exercício da Advocacia Privada. [L.T.] [S.E.P.]

PL 4982/2013 – Exclusão de atividades de consultoria e assessoria jurídicas das atividades privativas de advocacia.^{[L]_{SEP}}

Próximo Passo: Envio ao Senado Federal.

[PL 3722/2012](#) – Altera o Estatuto do Desarmamento para alterar normas para posse e porte de armas.

Situação: Aguarda votação em plenário. Possui parecer da comissão especial que analisou o projeto, com [voto pela aprovação, nos termos do substitutivo adotado](#).

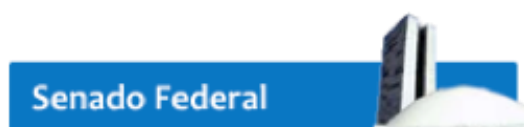
Próximo Passo: Envio ao Senado Federal.

Observação: O substitutivo aprovado concede porte de arma funcional e de uso restrito aos advogados públicos (arts. 10, 11, 42 e 44).

[PL 6438/2019](#) - Altera o Estatuto do Desarmamento para conceder porte de arma funcional para agentes públicos.

Situação: Tramita em regime de urgência constitucional e passa a trancar a pauta do Plenário a partir de 09/03/2020.

Próximo Passo: Sendo aprovado pelo Plenário, o projeto segue para exame do Senado Federal.



PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

[PEC 186/2019](#) – Regulamenta a “regra de ouro”, estabelece gatilhos e outras medidas outras medidas de redução de despesa pública. (PEC Emergencial – Plano Mais Brasil)

Situação: Aguarda votação de parecer do senador Orlino Guimarães (PODEMOS-PR), com [voto pela aprovação na forma do Substitutivo proposto](#), na Comissão de Constituição e Justiça.

Próximo Passo: Votação em dois turnos no Plenário.

[PEC 187/2019](#) – Liberação dos recursos e extinção dos fundos públicos. (PEC dos Fundos Setoriais – Plano Mais Brasil)

Situação: Aguarda votação de parecer do senador Otto Alencar (PSD-BA), com [voto pela aprovação, na forma do Substitutivo oferecido](#), na Comissão de Constituição e Justiça.

Próximo Passo: Votação em dois turnos no Plenário.

[PEC 188/2019](#) – Reformula a relação fiscal entre a União, estados e municípios. (PEC do Pacto Federativo – Plano Mais Brasil)

Situação: Aguarda parecer do senador Márcio Bittar (MDB-AC) na Comissão de Constituição e Justiça.

Próximo Passo: Votação em dois turnos no Plenário.

[PEC 110/2019](#) – Reforma Tributária.

Situação: Aguarda novo parecer do senador Roberto Rocha (PSDB-MA) na Comissão de Constituição e Justiça. Antes, porém, a matéria será discutida em uma comissão mista (composta por deputados e senadores) para construir um texto de consenso entre Câmara e Senado.

Próximo Passo: Votação em dois turnos no Plenário.

[PEC 62/2015](#) – Desvincula remuneração de servidores públicos dos subsídios ministros do STF.

Situação: Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do [Substitutivo](#) do relator. Aguarda inclusão na pauta do plenário para votação em dois turnos.

Próximo Passo: Envio à Câmara dos Deputados

[PEC 63/2013](#) – Adicional por tempo de serviço fora do teto constitucional. [LTTL]
[SEP] [SEP]

Situação: Aguarda votação em primeiro turno no plenário. Conta com parecer da Comissão de Constituição e Justiça, na forma do [Substitutivo aprovado](#).

Próximo Passo: Após votação em dois turnos, vai à Câmara dos Deputados.

[PEC 56/2014](#) – Aposentadoria especial com proventos integrais. [LTTL]
[SEP] [SEP]

Situação: Proposta já aprovada na Câmara. No Senado, aguarda inclusão na pauta do plenário para votação em dois turnos. Conta com parecer aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, com [voto pela aprovação da proposta, com emenda de redação](#).

Próximo Passo: Promulgação, caso não sofra alterações.

[PEC 17/2012](#) – Inclusão de Procuradores Municipais no texto constitucional.

Situação: Aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, com [parecer favorável e duas emendas de redação](#). Aguarda inclusão na Ordem do Dia para votação em primeiro turno.

Próximo Passo: Promulgação (caso não ocorram alterações).

PROJETOS DE LEI

[PL 1292/1995](#) – Reforma da Lei de Licitações. [LTTL]
[SEP] [SEP]

Situação: Aguarda leitura e despacho para início de tramitação em decisão final pelo Senado.

Próximo Passo: Sanção Presidencial.

[PLS 116/2017](#) – Demissão de servidor público estável por insuficiência de desempenho.

Situação: Aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, com [Substitutivo](#). Aguarda votação de requerimento de urgência em Plenário.

Próximo Passo: Plenário (caso seja aprovado o requerimento), ou continuidade da tramitação ordinária, indo à Comissão de Direitos Humanos e posteriormente à Comissão de Transparência e Governança.

[PLP 161/2019](#) – Teto remuneratório para ingresso no serviço público. Determina que o valor não poderá exceder 30% do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Situação: Aguarda parecer do senador Antônio Anastasia (PSDB-MG) na Comissão de Constituição e Justiça.

Próximo Passo: Comissão de Assuntos Econômicos.

[PL 711/2019](#) – Normas gerais para negociação coletiva dos servidores públicos da União, estados e municípios.

Situação: Aguarda parecer do senador Jaques Wagner (PT-BA) na Comissão de Constituição e Justiça.

Próximo Passo: Plenário.
